



RELAÇÕES DE GÊNERO E O CASAMENTO CATÓLICO: MODULAÇÕES INSTITUCIONAIS DURANTE O PONTIFICADO DE PIO XII (1939-1943)

Erica Amanda Oliveira*
Jaci De Fátima Souza Candiotto**

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das construções que a alta hierarquia da Igreja Católica produzia sobre o ideal de casamento católico no período de 1939 a 1943, sob o Pontificado de Pio XII. Seu objetivo consiste em analisar os posicionamentos da Igreja Católica sobre o relacionamento conjugal entre homens e mulheres e, sobretudo, identificar quais modulações de comportamento faziam por meio do jogo de linguagem institucional com os fiéis. Para alcançar os resultados aos quais nos propusemos, foram analisados documentos oriundos da Igreja Católica, disponíveis na base da biblioteca on-line do Vaticano. As modalidades de documentos selecionados como fontes para este estudo foram: Audiências Gerais; Cartas Encíclicas; e

* Doutoranda em Educação (PPGE-UFPR). Especialista em Terapia de Família e Casal na Abordagem Sistêmica (UNIAVAN/2020). É gestora e responsável na técnica do Mosaico (Centro de Psicologia Especializado em Saúde da Família) e docente no curso de psicologia da Faculdade Estácio em Curitiba.

** Pós-doutorada no Institut Catholique de Paris, França (2014-2015), doutora em Teologia pela PUC-RJ (2012) e mestra em Educação pela PUC Paraná (2002). Possui bacharelado em Teologia pelo Studium Theologicum (1995) e licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1991). Professora do Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PUCPR) e do curso de Teologia da PUCPR. Editora-chefe da Revista Caderno Teológico PUCPR. É professora convidada da Universidade Católica de Moçambique para o Doutorado em Humanidades. Membro do Grupo de Pesquisa Ecocultura e Ecofeminismo vinculado ao Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião CITER (Universidade Católica Portuguesa) em Lisboa. Membro associada da SOTER. Membro do Grupo de Estudos de Gênero e Religião (Mandrágora/NETMAL). Vice-líder do Grupo de Pesquisa: Teologia, Gênero e Educação.



Discursos e Bíblia Pastoral. Baseamo-nos também na interlocução com a teologia feminista, a história de gênero, a história das mulheres e a história da Igreja Católica. Como resultados, ressaltamos as mudanças sutis no jogo de linguagem institucional da Igreja Católica com redefinições dos papéis de gênero, a fim de atender a necessidade dos casais católicos no período, sobretudo, por ocasião da mobilização das mulheres em diferentes países, reivindicando equidade social e cultural. A alta hierarquia da Igreja posicionou-se para manter os fiéis sob sua direção, portanto. Apesar de fazer concessões discretas, introduzindo temáticas como cooperação conjugal e atuação masculina nas atividades domésticas, a hierarquização mantinha-se designada ao homem. Embora as mulheres encontrassem incentivo maior nesse período para transcenderem do ambiente doméstico à cena pública, ainda enfrentavam muitas restrições e regulações da Igreja para que isso ocorresse.

Palavras-chave: Teologia; Religião; Relações de gênero.

GENDER RELATIONS AND CATHOLIC MARRIAGE: INSTITUTIONAL MODULATIONS DURING PIO XII'S PONTIFICATE (1939-1943)

ABSTRACT

This article presents an analysis of the constructions that the Catholic Church's high hierarchy produced about the ideal of Catholic marriage from 1939 to 1943, under the pontificate of Pius XII. Its objective is to analyze the positions of the Catholic Church regarding the marital relationship between men and women, and to identify which behavior modulations it made through the institutional language game with its believers. To achieve the intended results, we analyzed documents from the Catholic Church available on the Vatican Online Library. The types of documents selected as sources for this study include: General Audiences; Encyclical Letters; Speeches and Bible. We also rely on dialogue with Feminist Theology, Gender History, Women's History, and History of the Catholic Church. As results, we point out the subtle changes in the Catholic Church's institutional language game with gender role redefinitions in order to meet the needs of Catholic couples during the period. Above all, in light of the mobilization of women in different countries demanding social and cultural equity, the high hierarchy of the Church positioned itself to keep its believers under its guidance. Therefore, despite making discreet concessions by introducing themes such as conjugal cooperation and



male involvement in domestic activities, the hierarchization remained male-centered. Although women found greater encouragement during this period to transcend from the domestic environment to the public scene, there were still many restrictions and regulations from the Church for this to happen.

Keywords: Theology; Religion; Gender Relations.

RELACIONES DE GÉNERO Y MATRIMONIO CATÓLICO: MODULACIONES INSTITUCIONALES DURANTE EL PONTIFICADO DE PIO XII (1939-1943)

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis de las construcciones que la alta jerarquía de la Iglesia Católica produjo sobre el ideal del matrimonio católico en el período de 1939 a 1943, bajo el Pontificado de Pío XII. Su objetivo es analizar las posiciones de la Iglesia Católica sobre la relación conyugal entre hombres y mujeres, en especial, para identificar qué modulaciones de comportamiento han propuesto a través del juego de lenguaje institucional con los fieles. Para lograr los resultados que nos propusimos, se analizaron documentos de la Iglesia Católica, disponibles en la biblioteca en línea del Vaticano. Los tipos de documentos seleccionados como fuentes para este estudio fueron: Audiencias Generales, Cartas Encíclicas, Discursos y Biblia. Nos basamos también en la interlocución con la Teología Feminista, la Historia de Género, la Historia de las Mujeres e la Historia de la Iglesia Católica. Como resultado, destacamos los sutiles cambios en el juego de lenguaje institucional de la Iglesia Católica con redefiniciones de los roles de género para atender a las necesidades de las parejas católicas en el período, sobre todo, con motivo de la movilización de mujeres en diferentes países reivindicando la equidad social y cultural. La alta jerarquía de la Iglesia se posicionó para mantener a los fieles bajo su dirección. Por lo tanto, aunque haya hecho discretas concesiones al introducir temas como la cooperación marital y la participación masculina en las actividades domésticas, la jerarquía familiar permaneció asignada a los hombres. Si bien las mujeres encontraron en este período un mayor incentivo para trascender del ámbito doméstico a la escena pública, aún existían muchas restricciones y normas eclesásticas para que esto ocurriera.

Palabras clave: Teología; Religión; Relaciones de género.



INTRODUÇÃO

Devido à relevância da atuação da Igreja Católica no debate público no período de 1939 a 1958, durante o pontificado de Pio XII, em 2020, o Vaticano abriu os arquivos secretos produzidos pela alta hierarquia na época. Os documentos referentes a essa temporalidade estão sendo estudados pelas comissões internas da Igreja sob regulação das diferentes instâncias. Essa abertura já era aguardada na comunidade acadêmica. Essas novas fontes que podem ser liberadas nas próximas décadas, possivelmente, trarão repercussões no modo com que os posicionamentos da Igreja foram interpretados durante o período entre guerras e, sobretudo, quanto ao genocídio dos judeus.

O pontificado de duas décadas de Pio XII ocorreu em meio a um contexto conturbado, obrigando os católicos a situarem-se em relação às ideologias conflitantes, à ascensão do totalitarismo e ao desafio da reconstrução das democracias. Embora tenha sido um período de secularização acelerada, o pontificado também testemunhou o ressurgimento da Igreja Católica como uma força global influente. Nesses anos, carregados de tensões sociais, mas também dinâmicos, o Vaticano ocupou um papel central na política internacional. Para isso, criou dezenas de Nunciaturas Apostólicas¹.

O pano de fundo desse período é marcado por mudanças institucionais, sociais, religiosas e culturais. Diante delas, a Cúria Romana preocupou-se com a condução pastoral da comunidade cristã. Pio XII reagiu aos desafios da secularização, do progresso tecnológico, mas, sobretudo, das rápidas mudanças na esfera familiar. Este artigo pretende apresentar uma leitura das construções que a alta hierarquia da Igreja Católica produziu sobre o ideal de casamento católico no período de 1939 a 1943. Busca-se analisar os posicionamentos da Igreja Católica sobre o relacionamento conjugal entre homens e mulheres, bem como identificar quais modulações de comportamento foram incentivadas por meio do jogo de linguagem institucional com os fiéis.

¹ A **Nunciatura** é uma importante função do corpo diplomático da Santa Sé em países onde a Igreja Católica julga ser necessário ter um representante dessa magnitude. Para melhor entender isso, conferir: Jesus Hortal (2001).



O CASAMENTO CATÓLICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO DEBATE PÚBLICO DA IGREJA

Para pensar a família como um lugar social, é necessário levar em consideração que as modificações nas configurações e nas mudanças sociais ocorrem simultaneamente, como um único e constante diálogo. Desse modo, torna-se difícil indicar em qual delas iniciaram-se ou encerraram-se as mudanças e permanências.

Ao introduzir a noção de gênero como uma categoria histórica e uma maneira de apreender a organização social entre os sexos e identificar as construções culturais dos papéis que são tidos como adequados aos homens e às mulheres, Joan Scott (1995) encontra uma via que permite historicizar as experiências das identidades subjetivas desses sujeitos.

Nesse caso, ao elencar os discursos produzidos pela Igreja Católica como instituição que organiza-se por hierarquias e instâncias de governo, toda enunciação ou publicação de documentos pontifícios que primeiramente ocorre pelo ofício papal, repercute de maneiras previstas e imprevisas, alcançando resultados, esperados e ao mesmo tempo impensados, mas que, definitivamente, em alguma medida, perpassam os limites do grupo de fiéis religiosos de sua doutrina, incitando e efetivando, ou ao menos produzindo, inúmeros modelos, significados ou práticas que regulam e prescrevem as escolhas e as maneiras de conduzir muitas pessoas.

Durante o Pontificado de Pio XII (1939-1958), ocorreram diversas audiências gerais² do Pontífice com o público que deslocava-se a Roma para visitá-lo e ouvi-lo. Um aspecto que chama a atenção é que, em todas as quarenta e três audiências gerais disponíveis na base on-line do Vaticano, em italiano³, o Papa dirigiu-se aos recém-casados presentes, destinando-lhes suas palavras, voltando-se com mínima incidência aos demais peregrinos presentes nas audiências:

² Trata-se de um encontro público do Papa, acompanhado dos cardeais, com os fiéis em um dia da semana (atualmente, dá-se na quarta-feira), realizado na praça de São Pedro onde se faz uma série de leituras e hinos em vários idiomas. Tal prática é finalizada com uma oração em latim e com o Papa caminhando pela praça dando bênçãos aos fiéis.

³ A tradução das Audiências Gerais citadas neste artigo foi realizada pelas autoras.



Entre os anfitriões de queridos filhos que se sucedem com tanta frequência frente ao vigário de Cristo, notamos sempre com particular satisfação os numerosos casais de recém-casados. Presente inestimavelmente precioso são estas novas famílias cristãs, que começaram a existir em força e por virtude de um grande sacramento (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, GARANTIA DE SANTIDADE, 1939).

A vossa presença, diletos filhos e filhas, encham de alegria o nosso coração, porque, se é sempre belo e reconfortante este fluxo dos filhos em torno do pai, pois, é particularmente caro de ver-me cercado por estes grupos de recém-casados que vêm compartilhar a alegria e receber uma palavra de bênção e conforto (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, A PRIMEIRA AUDIÊNCIA AOS CÔNJUGES, 1939).

Saudamos calorosamente aos recém-casados que estão sempre em grande número estando em torno de nós nessas audiências públicas. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, A RAINHA CELESTE, 1939).

O fato de as referidas Audiências Gerais ocorrerem por pelo menos quarenta e três vezes durante o pontificado de Pio XII, e serem prioritariamente voltadas aos recém-casados, possibilita-nos verificar a intenção educacional, pastoral e política de direcionar e modular, por meio da religião, a realidade subjetiva das mulheres e dos homens que o visitavam.

Cada uma dessas audiências servia como uma oportunidade para a efetivação de um ensino sobre as relações familiares e conjugais propostas para os cristãos. Por isso, visando a investigação dos modelos de relações de gênero que circulavam naquele período no discurso católico, entende-se que essas ocasiões públicas promoviam instruções quanto à educação de papéis dos esposos por meio dos atos de fala do Papa como porta voz da instituição.

Para melhor analisar essa “catequese papal”, acreditamos ser relevante o estudo de Maria de Fátima Araújo (2005) que, ao recolocar o tema das diferenças de gênero, aponta a importância da perspectiva crítica inaugurada pelas teólogas e historiadoras feministas. Para essa autora, essas intelectuais contribuem com novas formas de se posicionar, entender e questionar o tema da diferença e da igualdade, indo além da diferença entre homens e mulheres, estendendo-a para a relação entre as próprias mulheres e os próprios homens.



É preciso compreender de uma forma ampliada a concepção relacionada ao modo como opera-se a conscientização acerca das relações de gênero. Para isso, faz-se importante pontuar que a educação a respeito dessas relações é um processo sempre inacabado de construção identitária e que não ocorre estritamente na escola, visto os inúmeros estímulos existentes em diversas esferas sociais (Matheus ZICA, 2015).

A dinâmica da relação conjugal composta por um homem e por uma mulher, originando a família cristã por meio do sacramento do matrimônio na Igreja Católica, é repetitivamente mencionada pelo Pontífice em suas audiências, visto ser o modelo de relacionamento proposto por essa instituição para a sociedade em geral, principalmente para os fiéis:

Um evento inquestionavelmente auspicioso de alegria sagrada é o casamento cristão quando é realizado com as disposições necessárias, como é certo pensar que todos vocês têm feito. Essas disposições, juntamente com os preciosísimos efeitos deste sacramento os encontramos expressos nas cerimônias, com a qual a Igreja a tem cercado, e isso nós gostamos hoje de recordar por poucos instantes a vossa memória para vossa consideração, casais cristãos, a fim de que sempre mais alto em vós apareça a dignidade e a santidade deste grande sacramento, de que vocês foram ministros. [...] E nós, reunindo esta oração, formulamos nossos desejos para eles recém-casados: paz, que significa dizer real e cristã felicidade. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, OS ENSINAMENTOS DA LITURGIA, 1939).

Ao intensificar o direcionamento dos discursos aos recém-casados, a Igreja Católica disputa, em meio aos vários estímulos sociais, a pertença e a restrição aos seus preceitos, caracterizando a relação de força com as tendências do período na tentativa de obter a regulação dos comportamentos sociais.

Portanto, chamou-nos a atenção a evidência que, ao longo do Pontificado de Pio XII, era dada aos jovens recém-casados, às famílias cristãs, aos cônjuges cristãos, enfim, às variadas e diferentes maneiras de a instituição fazer menção a essa dinâmica relacional. Em nossa investigação, pudemos identificar 17 enunciações no ano de 1939; 5 enunciações em 1940; 16 enunciações em 1942; e 5 enunciações em 1943, totalizando, assim, 43 enunciações nas Audiências Gerais quanto a esse modelo de



relacionamento baseado nas concepções de família e conjugalidade propostas pela Igreja Católica.

Essa temática sendo bastante frequente e intensificando-se em alguns anos do Pontificado de Pio XII, sugeriu-nos buscar fragmentos históricos em documentos pontifícios que ajudaram a compreender o que estava acontecendo nessa dinâmica relacional para motivar de modo recorrente a intervenção papal como porta-voz da Igreja Católica. Um dos fragmentos dessa história é o período imediato ao pós-guerra como um fator desencadeador para uma postura mais autoritária frente à sociedade que acelerava comportamentos e posturas menos adequados aos padrões previstos e recomendados pela Igreja.

Dadas as circunstâncias, não deve surpreender o fato de a hierarquia católica no pós-guerra ter assumido uma postura igualmente implacável diante de questões relacionadas à família, à conduta moral e aos livros e filmes considerados impróprios. No entanto, jovens católicos leigos, bem como uma nova geração de sacerdotes, reconheciam, constrangidos, que no final dos anos 50 a rigidez autoritária do Vaticano em assuntos públicos e privados era tão antiquada quanto imprudente. No passado, em 1900, a maioria dos casamentos na Itália durava cerca de vinte anos, uniões que só eram dissolvidas em consequência da morte de um dos cônjuges. (Tony JUDT, 2011, p. 383).

Durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente no período de 1939 a 1943, a Igreja Católica buscava conscientizar os recém-casados acerca do significado da união conjugal que, segundo ela, configurava-se a partir do significado da união mística entre Jesus e a Igreja. Enaltecendo os elementos constituintes dessa união, instruíam quanto ao amor mútuo, sobre a fidelidade conjugal, sobre o exemplo e a vigilância na educação dos filhos e sobre os encargos do cristianismo que era imposto pela adesão ao novo estado de vida (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, A PRIMEIRA AUDIÊNCIA AOS CÔNJUGES, 1939). A ênfase da instituição dava-se para o crescimento dessas famílias, pois entendiam que, a partir das crianças nascidas, aumentaria o número de adeptos ao catolicismo (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, O SANTIFICADOR DO CASAMENTO, 1939; PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, FUNDADORES DE NOVAS FAMÍLIAS, 1939).



Por isso, defendiam uma educação católica na busca de um sentido “profundamente cristão” e como “sólido fundamento de bem-estar e felicidade; incentivavam a devoção familiar à Maria em razão dela ter conhecido a experiência familiar, vivido alegrias e dores, passado por acontecimentos felizes e tristes, tendo sentido a fadiga do trabalho diário e o desconforto da pobreza, que gera o colapso das separações. Mas que também experimentou as alegrias inefáveis da vida doméstica, agindo com o amor mais puro de uma esposa cativante, recebendo o sorriso e a ternura de seu filho que era ao mesmo tempo Filho de Deus. Mulher modelo de virtudes domésticas que podem embelezar a convivência dos cônjuges, por sua dedicação total e contínua a cuidar da família e da casa, e do esposo São José, que foi um homem paciente na renúncia às proviões” (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, A RAINHA CELESTE, 1939).

Michelle Perrot (2008) descreve que, no final do século XIX e no início do século XX, o debate sobre o papel da mulher como guardiã do lar e da família intensificou-se, embora mulheres de origem familiar com maior potencial econômico tivessem instrutores que disponibilizavam-lhes uma educação de maior qualidade. Inclusive, tinham a oportunidade de aprenderem equitação, música, línguas estrangeiras, teatro, dança e artes que coincidiam com apresentações femininas em salão. Portanto, é possível notar que essas considerações da Igreja Católica, embora fossem endereçadas a todas as mulheres, para as menos favorecidas social e economicamente, geravam repercussões diferenciadas.

Assim, a instituição promovia seus valores, sugerindo que seu seguimento atribuiria uma boa reputação aos cônjuges. Porém, é importante levar em consideração algumas singularidades bíblicas das imagens de Maria e José, pouco enfatizadas nessas audiências. Elas estão presentes especialmente no Evangelho de Lucas e indicam uma postura menos idealizada a respeito da família de Nazaré.

[...] em Lucas, Maria é apresentada em primeiro plano em relação a José. Na anunciação, por exemplo, Lucas tem o cuidado de unir o anúncio de Cristo e o mistério da concepção e nascimento virginal como obras do Espírito Santo e do poder de Deus (Lc 1, 35). De algum modo, ele acentua a liberdade de escolha de Maria e seu “Faça-se” (Fiat), como expressão genuína de fé. Não deixa de ser relevante o



fato de que o anjo anuncia diretamente a Maria, sem consultar José. Não que José tenha pouca importância na história salvífica. Afinal, por sua fé ele também resolveu renunciar aos preconceitos machistas de seu tempo; decidiu assumir sua noiva grávida, mesmo sabendo não ser ele o pai. (Jaci CANDIOTTO, 2017, p. 93).

A leitura das audiências do período aventado, permite-nos ver que a preocupação da instituição naquele momento voltava-se à promoção dos valores e condições de seguimento, com o intuito de modificar o cenário social. Desse modo, podemos perceber a promoção de comportamentos femininos e masculinos tidos como ideais, visto que Maria é apresentada como a imagem da mulher cristã e José, a imagem do homem cristão. No entanto, esses trechos demonstram mais marcadamente as expressões tradicionais acerca do feminino, mantendo os estereótipos de mulher voltados para o lar, para os filhos e esposo, com competências domésticas. Frequentemente, ainda que de maneira mais abreviada, apresenta-se uma expressão do masculino, também mantendo um estereótipo de homem que, com paciência e abdicção de si, faz-se o provedor da família.

A teologia feminista se inspira na figura positiva de Maria, mas também denuncia essa “forma dominante” de Mariologia. Forma dominante ou oficial que quase sempre exalta sua imagem espiritualizada, ao mesmo tempo em que teme e despreza todas as verdadeiras mulheres de carne. Trata-se da imagem de uma Maria sobrenatural das alienações religiosas, a Maria patriarcal. Noutras palavras, uma Maria apresentada apenas como obediente, piedosa, receptiva, servil, virgem e eterna. Ocorre que tais atributos estão associados à mulher idealizada da sociedade patriarcal do Novo Testamento. Esta também tem sido a imagem predominante de Maria mantida na história cristã, mas destituída da própria história de Maria de Nazaré. (Jaci CANDIOTTO, 2017, p. 89-90).

A motivação apresentada pela Igreja Católica aos cônjuges para seus esforços em perseguir os valores que condizem com o cristianismo, nutrido e fortalecendo a esperança e o ânimo de fé, diz respeito à alegria imutável pela vida eterna e não à alegria das realidades mundanas. Ou seja, buscar a alegria de ser fiel a Cristo que sustenta a esperança segura, contando as graças a serem obtidas do céu ainda na vida terrena, princi-



palmente, buscando as recompensas a serem ganhas após a morte terrena e chegada no céu. Quando essas alegrias sobrepuserem-se às efêmeras que o mundo oferece, aí sim entenderá-se a alegria da plenitude (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, A ALEGRIA IMUTÁVEL, 1939).

Os valores enunciados pela instituição referem-se à adequação do homem e da mulher à educação religiosa que recebem da Igreja Católica por meio de Pio XII, o qual atua como voz paterna que orienta, educa, direciona e preza pelo bem dos filhos, os filhos da Igreja. Existe um lugar que a Igreja deseja urgentemente intervir e intensifica os esforços para ser ouvida: na vida cotidiana das famílias cristãs, nas condutas tomadas no ambiente doméstico. Por isso, realizam frequentemente discursos para os recém-casados e para as famílias cristãs, buscando realizar uma manutenção nas funções que o homem e a mulher exercem nos espaços públicos e privados:

A mãe de Jesus é de fato um perfeitíssimo modelo de virtude doméstica, de qualquer virtude que devem adornar o estado de cônjuges cristãos. Em Maria, o afeto mais puro, santo e fiel, faz do sacrifício e da atenção delicada, sentido ao seu castíssimo esposo; em Lei, a dedicação inteira e contínua aos cuidados da família e da casa; em Lei, a perfeita crença (fé) e amor por seu filho divino; em Lei, a humildade que se manifestava na submissão a José, na inalterável paciência e serenidade em meio às dificuldades da pobreza e do trabalho; na plena conformidade às disposições, frequentemente árduas e penosas, da divina providência, a doçura do trato e na caridade para com todos aqueles que se aproximavam do santo muro da casa de Nazaré. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, VIRTUDES DOMÉSTICAS, 1939).

Em grande medida, os documentos publicados durante o pontificado de Pio XII expressam frequentemente apelos para os crentes voltarem-se à devoção mariana, principalmente, nas enunciações realizadas entre 1939 e 1943, para os recém-casados e famílias cristãs. Percebemos, nos meses devotados a Maria, maio e outubro, oportunas ocasiões para que a Igreja Católica viesse a reafirmar essa devoção como parte da espiritualidade, além de elucidar o que, desde o início da instituição, já se fazia. Refere-se, aqui, ao enaltecimento da família de Nazaré como modelo de família cristã, assim como facilmente encontramos a proposta das relações de



gênero na família entre o homem e a mulher assemelhar-se à família de Maria e José.

Essa correlação da idealização de Maria com as diferentes situações concretas das mulheres é analisada pela teologia feminista que considera esse diálogo muito delicado, pois existem ao menos duas perspectivas a serem levadas em consideração. A primeira, refere-se à imagem que normalmente a Igreja Católica produziu em sua tradição sobre Maria, a qual está permeada de antagonismos, ambiguidades, atuando na contracorrente da teologia feminista atual (cf. Jaci CANDIOTTO, 2017). Ao enaltecer essa expressão de feminino que atende o ideal de mulher no pensamento católico, a instituição coloca as mulheres e suas lutas por emancipação e igualdade em detrimento dessa perfeição feminina. A segunda, refere-se à humanização dessa imagem mariana que o catolicismo produz, porquanto, voltar à Bíblia nos possibilita “elaborar a leitura de uma Maria não totalmente espiritualizada, de Maria como uma mulher que subverteu os costumes patriarcais de seu tempo” (Jaci CANDIOTTO, 2017, p. 88).

Chama a atenção que essa espiritualidade católica, sendo utilizada como estratégia política, objetiva levar as pessoas a colocarem em prática seu discurso, convergindo suas práticas durante os anos de Pontificado em estudo de 1939 a 1958, em consonância com a luta da Igreja Católica pela difusão das virtudes domésticas. Situação que leva-nos a pensar acerca do motivo para recorrentes considerações sobre a vida cotidiana vinculada ao espaço familiar, mais especificamente, às atividades domésticas. Em seguida, colocamo-nos a refletir sobre as ocasiões em que a Igreja Católica promovia, nesse período de 1939 a 1943, as Audiências Gerais, e nas suas motivações para, em todas elas, fazer menção à vida privada, particularmente, quanto às atividades domésticas e à convivência conjugal familiar:

No entanto, essas virtudes, que sempre permanecem essencialmente as mesmas, tomam, ao longo das gerações, diferentes tons e gradações. Sua expressão externa vem, naturalmente, mudando e se modificando, por uma evolução lenta e quase insensível, com a mutação e a influência dos tempos. Na hora presente, por outro lado, como frequentemente acontece nas épocas de grandes crises, essa evolução parece animada na velocidade da luz, que desconcerta aqueles que param para observar seu movimento. Grandes crises para nós não são apenas as calamidades, guerras, revoluções, revoluções civis,



econômicas, sociais e políticas; mas, em particular, também aquela rotura entre as condições de vida que são subitamente transformadas ou derrubadas e os traços imutáveis da natureza humana. (PIO XII, ÀS LEITORAS DA REVISTA ALBA, 1942).

Segundo Tony Judt (2011), dada à situação política, a Igreja Católica assume uma postura mais reagente, pois:

[...] nesse ínterim, o *baby-boom* ocorrido no pós-guerra solapou os argumentos contrários ao controle de natalidade, isolando as autoridades eclesiásticas em sua oposição inflexível. A frequência da missa declinou em toda Europa. Quaisquer que fossem as razões – a mobilidade geográfica e social de aldeãos até então submissos, a emancipação política das mulheres, a redução da importância de instituições de caridade católicas e escolas paroquiais na era do Estado previdenciário –, o problema era real e, na visão dos líderes católicos mais discernentes, já não podia ser tratado por meio de apelos à tradição e à autoridade, nem suprimido através de clamores anticomunistas, conforme fora o caso no final dos anos 40. (Tony JUDT, 2011, p. 383).

Concluimos, então, por meio dos fragmentos históricos expressos nas fontes analisadas nesta pesquisa, que os espaços das audiências públicas configuravam um movimento que estava acontecendo por iniciativa da Igreja Católica para reagir às mudanças sociais e culturais nas relações de gênero, principalmente, relacionado aos papéis e funções sociais da mulher e do homem no período vigente. Desse modo:

[...] aprendemos a reconhecer que, por um lado, todas as sociedades conhecidas têm espaços, comportamentos e atividades de gênero pré-determinados. Por outro lado, se a diferenciação baseada no gênero existe sempre, as suas manifestações concretas divergem de sociedade para sociedade: não são universais. As variações no interior do status do sexo feminino são tão multiformes como as do sexo masculino. O significado de ser mulher ou homem é muitíssimo variável no tempo e no espaço e esta variabilidade aplica-se não só aos respectivos conteúdos, mas também às fronteiras entre o feminino e o masculino e à própria rigidez com que são encaradas. (Gisela BOCK, 1989, p. 165).



Portanto, para responder a essas mudanças e reagir dentro das possibilidades institucionais, a Igreja Católica colocava em prática, durante as Audiências Gerais, a ação educacional voltada especificamente às relações entre os sexos no ambiente da vida familiar, com intuito de estender esses comportamentos e práticas sociais como valores a serem exercidos nas esferas pública e privada.

MODULAÇÕES INSTITUCIONAIS SOBRE A CONJUGALIDADE E OS PAPÉIS DE GÊNERO NO PONTIFICADO DE PIO XII

A preocupação da instituição mostrava-se grande em relação ao enfraquecimento ou quase decomposição da base cristã em alguns países. Para a Igreja, a resistência daria-se por meio da proteção e da defesa dos valores na família, base para toda a civilização humana, sobretudo, a cristã (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, FUNDADORES DE NOVAS FAMÍLIAS, 1939). Essas dificuldades encontradas pela Igreja para a perpetuação dos seus princípios em relação ao que vinha ocorrendo no mundo eram consideradas como provações e dores comuns para todas as famílias (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, O ALIMENTO CELESTE, 1939). Para a instituição, essas preocupações referem-se aos vícios que corroem a família e são tratadas posteriormente.

A vida doméstica, outrossim, se observada a lei de Cristo, floresce de verdadeira felicidade, assim também, quando repudia o Evangelho, perece miseravelmente e é devastada pelos vícios: “O que procura conhecer a lei será saciado com ela, mas para o hipócrita ela é um escândalo” (*Eclo* 32, 19). (PIO XII, ENCÍCLICA *SERTUM LAETITIAE*, 1939).

Por ocasião do 150º Aniversário da Constituição da Hierarquia Eclesiástica nos Estados Unidos da América, a Igreja Católica posiciona-se por meio da Carta Encíclica *SERTUM LAETITIAE*, de 1º de novembro de 1939, sobre o divórcio:

Ah! Se vossa pátria houvesse conhecido por experiência alheia e não por exemplos domésticos o cúmulo de males que produz a licença dos divórcios! Que a reverência para com a religião, a piedade para com o grande povo americano persuada a que o mal, infelizmente grassante, seja radicalmente curado e afastado. As consequências desse mal, assim as descreveu o Papa Leão XIII, em termos incisivos:



“Mercê dos divórcios, o contrato nupcial é sujeito à instabilidade: diminui-se a afeição, originam-se perniciosos estímulos à infidelidade conjugal; recebem dano o cuidado e a educação da prole, prepara-se ocasião de romper-se a sociedade doméstica: lançam-se sementes de discórdia entre a família; diminui-se e se deprime a dignidade da mulher, que corre risco de se ver abandonada depois que serviu de instrumento de prazer ao marido. E, visto que para arruinar as famílias e solapar o poder das nações nada é mais eficaz que a corrupção dos costumes, infere-se facilmente que o divórcio é o que há de mais nocivo à prosperidade das famílias e ao bem dos Estados”. Quanto às núpcias, em que uma das partes não aceita o dogma católico ou não tenha recebido o sacramento do batismo, estamos seguros de que observais com diligência as determinações do Código de Direito Canônico. Na verdade, tais matrimônios, como de longa experiência sabeis, raramente são felizes, e soem ocasionar graves perdas à Igreja católica. (PIO XII, ENCÍCLICA SERTUM LAETITIAE, 1939).

A ideia de prejuízo para a dignidade da mulher frente ao divórcio é reforçada pela Igreja Católica, porém nota-se que assim como a mulher aparece em um lugar desfavorável com o divórcio, por ter sido vítima de uma relação instável, o homem aparece no lugar de violador, transgressor e desordeiro. Percebemos a moldura para as identidades sexuais produzidas no período, nesse caso, fundamentalmente no discurso educativo da Igreja Católica.

Roger Chartier (2009), ao mencionar as identidades sexuais como constituintes de uma ilustração exemplar de uma exigência que atualmente circunda toda a prática histórica, lembra-nos de que as representações e os discursos constroem uma relação de dominação que precisa ser compreendida, pois ambos dependem de recursos desiguais e de interesses contrários que distanciam aqueles a quem assegura-se a submissão e aqueles que legitimam a potência de dominação.

Pio XII (1942), em outro pronunciamento, menciona o divórcio e aborda o sofrimento que ele promove nas famílias. O pontífice gera uma reflexão permeada por uma questão de gênero, quando sinaliza a percepção de indignidade da mulher nessas ocasiões, referindo-se, assim, à indissolubilidade como um fator de proteção para o casamento cristão:



Voltem o olhar para a sociedade moderna nos países onde vigora o divórcio e perguntem: tem o mundo a clara consciência e visão de quantas vezes neles a dignidade da mulher, ultrajada e ofendida, oprimida e corrompida, foi disposta, quase sepultada na humilhação e abandono? Quantas lágrimas secretas banharam certas soleiras (entradas), certas salas; quantos gemidos, quantas súplicas, quantos votos desesperados e palavras ressoaram em certos encontros, por certas ruas e trilhas, em certas esquinas e passos desertos? Não: a dignidade pessoal do marido, como a da mulher, mas sobretudo desta, não tem melhor defesa e cuidado que a indissolubilidade do matrimônio. Estão em erro fatal aqueles os quais creem que se possa manter, proteger e elevar a cultura da mulher e o seu digno decoro feminino, sem colocar-se como fundamento o matrimônio uno e indissolúvel. Se a igreja, cumprindo a missão recebida do divino seu fundador, com gigantesco e impávido emprego de santa e indomável energia, sempre afirmou e difundiu no mundo o matrimônio inseparável, deem graças e glória a ela de ter com isso altamente contribuído para cuidar do direito do espírito frente aos impulsos do sentido na vida matrimonial, salvando com a dignidade das núpcias aquela da mulher e não menos a da pessoa humana. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, OS EFEITOS BENÉFICOS DO CASAMENTO DISSOLÚVEL, 1942).

A instituição mantém-se corroborando à manutenção do pensamento católico permanente naquele período, referindo-se, em outras ocasiões, aos mesmos elementos sobre o divórcio e seus prejuízos, mais particularmente à mulher e também aos filhos, interpretação facilitada por uma questão de gênero:

Quando não se firma dentro da vontade o propósito da guarda perene e inviolável do vínculo conjugal, vem também a vacilar e perder o pai, a mãe e os filhos aquela consciência do tranquilo e seguro futuro, qual sentimento sustentado pela confiança mútua incondicional, qual nó estreito e imutável conexão interior e exterior (qualquer coisa que aconteça), em que se funde e se nutre uma grande e essencial raiz da felicidade doméstica. Porque, pergunte vocês talvez, nós estendemos aos filhos tal consequência? Porque eles recebem dos pais três coisas: bem-estar, alimento e educação [...], e para seu desenvolvimento saudável, eles precisam de uma atmosfera de alegria: agora uma juventude serena, uma formação harmoniosa e educação, não são compatíveis sem a indubitável fidelidade de seus pais. Não



alimentam talvez os filhos com o vínculo do amor conjugal? A ruptura deste vínculo torna-se cruel para eles e seu equívoco sobre seu sangue, a humilhação de seu nome e vermelhidão de seus rostos, a divisão do coração e a separação dos irmãos e do teto doméstico, amargura de sua felicidade juvenil, e, o que é mais grave seu espírito, escândalo moral. Quanta ferida para as almas de milhões de jovens! Em muitos casos que triste e lamentável as ruínas! Quantos implacáveis remorsos inferidos na consciência! Os homens espiritualmente saudáveis, e moralmente puros, alegres e contentes, íntegros de caráter e de costume, nos quais a Igreja e a sociedade civil colocam as suas esperanças, vêm, principalmente, não da parede doméstica turbada pela discórdia e do vacilante afeto, mas da família, onde reina o profundo temor de Deus e inviolada felicidade conjugal. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, OS EFEITOS BENÉFICOS DO CASAMENTO INDISSOLÚVEL, 1942).

Nesse posicionamento de Pio XII quanto ao divórcio, as propriedades do enunciado demonstram a manutenção de uma expressão do feminino vitimizado, violado e em prejuízo por ocasião da ruptura do relacionamento, tendo como motivação os estímulos à infidelidade, assim como o homem aparece em uma posição de superioridade, como responsável pelo encerramento da sociedade doméstica.

As linguagens são poderosas estruturas mediatórias, e atuar sobre elas e no interior delas é atuar sobre pessoas, talvez imediatamente, mas também por meio de uma transformação dos seus meios de mediação, o que, com frequência, é feito de maneira indireta e leva tempo. (John POCOCK, 2003, p. 82).

Considerando que no interior de cada texto ou imerso em cada conjunto de palavras existem significados plurais e finalidades diversas, a investigação dos indícios precisa ser minuciosa, por constatar que as razões das enunciações nas Audiências Gerais podem ou não terem sido escritas pelo próprio pontífice, das quais podem ou não haver informações disponíveis provindas de outras fontes limitadas ou não limitadas ao texto (John POCOCK, 2003).

Nessas audiências, provavelmente, a intenção da instituição religiosa consistia em educar o público de crentes, a fim de que essas orientações



fossem absorvidas não somente pelos recém-casados, mas por todo o corpo social que circunda a Igreja Católica. Adentram o debate dos valores sociais que estão em tensão com os princípios cristãos, utilizando-se estrategicamente da referência dos casados, mas logo podemos cogitar que, em sessões públicas, em que o Papa escolhe antecipadamente o tema da enunciação, ele resolve escolhê-lo repetidas vezes, voltado ao mesmo tema. Assim, podemos sustentar a hipótese de escolha intencional para combater e levar um discurso de resistência às mudanças nas relações de gênero que ocorriam no período.

A modulação dos comportamentos faz parte dos seus procedimentos, de acordo com a função exercida por Pio XII, na Igreja Católica, é tida como natural do seu ofício. Entendemos que as escolhas que faz, representando a Igreja, têm o objetivo de levar crentes e não crentes a acomodar de alguma maneira os conteúdos que esses visavam incutir com a finalidade de uma civilização cristã.

Para que altos ideais fossem alcançados, Pio XII (1940) sugere condutas que no pensamento católico denominam-se como virtudes. Essas virtudes aparecem como reguladoras para as relações de gênero nas famílias adeptas dos princípios cristãos. Inclusive, a instituição apresenta a exigência de que o homem e a mulher assumam a função de pai e mãe para colocar em prática esses valores tidos como virtudes, sendo essa a finalidade de vida dos cônjuges cristãos (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, NO BERÇO DO REI DIVINO, 1940).

O pontífice apresenta duas questões para a reflexão dos recém-casados. A primeira, refere-se à natureza e à razão que move o ser humano a buscar o bem comum. A segunda, relaciona-se com o limiar entre o bem e o mal, alertando-os para a tendência da corrupção:

Mas vocês dizem: Devemos talvez odiar a nós mesmos? Não se inclina a natureza mesmo para o amor e procura o nosso bem? Sim: a natureza dispõe o homem para amar a si mesmo, mas para esse bem o segundo é a razão próprio dele. Ora a razão ensina ao homem e à mulher não apenas o bem individual, mas também o bem da família que na união e na fidelidade conjugal se eleva ao bem da prole. Está aqui, amados recém-casados, um amor de vocês mesmos bom e um mau, aquele amor-próprio, isto é, sinônimo que mais descende do egoísmo, mas não é menos maligno. O homem e a mulher são feitos



por Deus. Deus que fez a natureza, não fez a corrupção; a corrupção da natureza vem da culpa de Eva e de Adão. Nós devemos amar a nós mesmos segundo a natureza feita por Deus, não segundo a corrupção causada de nossos progenitores, e amar a nossa alma e nosso corpo com aquele amor de caridade com o qual amamos as coisas de Deus e Deus mesmo, enquanto efunde e nos liga com parentes e com o próximo. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, OS INIMIGOS DA UNIÃO INDISSOLÚVEL I, 1942).

A família precisa, como de base, de íntima união das almas sobretudo, não somente de corpo, união feita de amor e de paz recíproca. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, O ALIMENTO CELESTE, 1939).

Pio XII apresenta também alguns aspectos que considera atuar como inimigos de uma união indissolúvel. Os aspectos mencionados são egoísmo, indiferença, divórcio, corrupção, aparência, separação moral, desunião, desânimo e a parcialidade afetiva. Identificamos já nesse trecho o apelo da instituição por relações de gênero recíprocas, estando em omissão a igualdade, mas isso configura uma nova tendência nos discursos, visto que em muito o enredo da criação do homem e da mulher era voltado à supervalorização do masculino em detrimento do feminino.

Em uma perspectiva hermenêutica da teologia feminista, é possível encontrar como fundamento a expressão *completude*, referindo-se a uma relação de gênero recíproca e igual. A reflexão baseia-se na compreensão de que não é a mulher que *complementa* o homem, por exemplo, deixando de ser uma responsabilidade dela suprir qualquer que seja a falta, visto que, na matéria, ambos são semelhantes e, portanto, cabem-lhes reciprocidade e igualdade⁴. Essa hermenêutica postula a sacralidade do ser igual, de um olhar equilibrado e não faltante que desconstrói a busca

⁴ Completude quer dizer “plena equivalente natureza e personalidade humana”, ainda que com suas modalidades próprias. Tal postura difere do modelo da “complementaridade dos sexos”, porque esse considera a mulher como complemento do homem, permanecendo a humanidade masculina como normativa. O modelo da complementaridade é suscetível de uma interpretação e prática subordinacionistas. Da mesma forma, tal postura difere do conceito junguiano de androginia, porque ele perpetua a classificação dicotômica de capacidades masculinas e femininas com a consequente subordinação das segundas às primeiras. A teologia feminista só aceita o conceito de androginia se ela for desvinculada da interpretação junguiana e adquira o sentido de totalidade, “de horizonte plena e totalmente humano inclusivo de homem e mulher” (Rosino GIBELLINI, 1992, p. 114-115).



do poder pela submissão extrema da mulher, anulando sua subjetividade, desconfigurando sua identidade e minimizando suas potencialidades. Compreende-se, desse modo, que na subjetividade humana é cedida a autonomia para um movimento de completude entre homem e mulher, um elemento de integração, aproximação e unidade (cf. BÍBLIA PASTORAL, nota de rodapé, 2014, p. 24).

Elisabeth Fiorenza (1992) destaca que, quando ocorre o uso de textos bíblicos, enunciações e demais ações atribuindo juízo de valor diferente para a criação do homem e da mulher, principalmente no discurso religioso, essa perspectiva contribui com a produção de valores secundários para o feminino, corroborando com a manutenção dos estereótipos sociais que referem-se às expressões do masculino e do feminino, promovendo, assim, a incitação de desigualdades nas relações de gênero, por internalizar a identidade que lhes é dada, as funções que lhes são atribuídas e a violação das suas subjetividades.

Se pensarmos na insistência das enunciações para os recém-casados, vamos, muito provavelmente, pensar sobre o que essa relação sinaliza neste estudo. Assim, podemos elencar a contribuição de Joan Scott (1995) ao pontuar que a compreensão das relações de gênero leva-nos ao estudo das feminilidades e masculinidades, pois a formação de gênero dá-se em relação.

No entanto, podemos perceber que a questão da harmonia conjugal aparecia nas enunciações feitas por Pio XII, inclusive envolta de critérios “virtuosos” para a manutenção da relação de gênero proposta pela Igreja Católica como ideal.

Enquanto canta em vossos corações o hino eterno e para sempre novo do amor cristão, a Igreja celebra hoje a festa de uma jovem romana, Santa Cecília, tradicional patrona da música. É para nós uma oportuna ocasião de dizer algumas palavras sobre a importância de uma concordância e constante harmonia entre esposo e esposa. Talvez vós penseis que é inútil recomendar-vos a harmonia neste dia em que o acordo perfeito de vossos corações ignora ainda as dissonâncias. Mas não sabeis vós que com o uso também o melhor instrumento musical torna-se bem em breve esquecido e ocorre ser preciso frequentemente remetê-lo ao diapasão? Assim acontece também com as vontades humanas, que as boas intenções são sujeitas a abrandarem-se. A primeira condição da harmonia para os casados



e para a conseqüente paz doméstica é uma constante boa vontade de ambas as partes. Como a experiência cotidiana ensina que em dimensão humana, como disse nosso grande Manzoni “a razão e o erro não se dividem mais com um corte assim nítido, que cada parte tenha apenas um ou outro”. [...] Olhe ao seu redor e aprenda com o exemplo dos outros que os desentendimentos conjugais surgem mais frequentemente da falta recíproca de confiança mútua, condescendência e perdão. Vós aprenderão assim a doçura do acordo entre os casados. [...] Essa preciosa harmonia vós, diletos casados, a precaução com cada cuidado contra os perigos das discordâncias, externas e internas, duas sobretudo: a desconfiança demais solicita a nascer, e o ressentimento demais lento para morrer. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, HARMONIA DAS ALMAS, 1939).

Matheus Zica (2015) descreve que não existe um término para a construção da identidade de gênero, pois “durante toda a vida o sujeito irá se debater entre, de um lado, os modelos prescritivos de gênero, sempre idealizados e circunscritos a cada período e lugar específico” (Matheus ZICA, 2015, p. xx).

Nisso consiste os diversos contatos, inferências e estímulos que regem o indivíduo em suas experiências e escolhas. Enquanto nos aspectos que tangem as consideradas dissonâncias, na relação conjugal aparecem as diferenças e o compromisso do homem e da mulher com a manutenção desse conjunto harmônico a manifestar-se na família por meio do casamento cristão:

De fato, as diferenças de temperamento e caráter não se maravilham em dois casados que unem as suas vidas: são diferenças que não surpreendem suas aparências, porque não perpassam os termos e as normas de um mútuo acordo; onde também características diferentes muitas vezes admiravelmente se complementam, integram e aperfeiçoam-se. A dificuldade começa no momento que um e outro, ou seja, um e o outro, se refutam em ceder em questões fúteis, por causa de puro gosto, em desejos de tudo pessoais. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, OS INIMIGOS DA UNIÃO INDISSOLÚVEL II, 1942).

Todavia por calorosa que se tenha tal gratidão, vós, homens, podem e devem fazer mais. A vossa perfeição de chefes de famílias não consiste unicamente em cumprirem as ações atinentes a vossa profissão, ao vosso ofício ou a vossa arte particular, fora ou dentro



de casa; em casa mesmo que é domínio próprio de vossa esposa, também você tem uma parte ativa a cumprir. Você, mais valido em força, você frequentemente mais destro em uso de instrumento ou equipamentos, você em atitude na sua habitação encontrará antes tudo em muitos pequenos trabalhos momento e lugar para operações as quais são mais do homem que da mulher. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, O HOMEM NA FAMÍLIA II, 1942).

Identificar esse pequeno movimento de mudança nas relações de gênero permite a notoriedade das vivências atuais à luz da historicidade de experiências do masculino e do feminino que marcam, ainda, muitos homens e muitas mulheres em suas relações sociais (Matheus ZICA, 2015). Os lugares até então demarcados para a mulher aparecem tendo um incentivo como estratégia de autorização da Igreja Católica para modificar-se. A mulher ainda aparece tendo como lugar de domínio o lar, mas não sendo apenas de atividade única dela, e sim com a cooperação do homem, para o qual também mantém-se, contudo, o estereótipo da força, da habilidade com as ferramentas e equipamentos em detrimento de outros.

Percebemos que já naquele momento, embora mantendo uma ambiguidade na questão de gênero em relação às especificidades do masculino e feminino, sinalizava-se no pensamento católico uma possível cooperação nas relações de gênero no âmbito familiar. Constatamos uma modificação na maneira de abordar o mesmo convívio conjugal no pensamento católico:

Na vida da família, uns são os deveres próprios do homem, outros específicos à mulher, a mãe; mas nem a mulher pode permanecer inteiramente estranha ao trabalho do marido, nem o marido à solicitude da mulher. Quando deve ser fato em uma família o querer ser em qualquer maneira fruto de colaboração, obra, em qualquer grau, comum dos dois. Que coisa quer dizer colaborar? Significa talvez a simples soma de duas forças, cada uma opera por conta própria, como quando em um trem muito pesado se ligam duas locomotivas, que cada uma consome sua energia? Isso não é uma verdadeira colaboração; enquanto pelo contrário o maquinista e o fogueiro por uma e por outra máquina (como o maquinista e a assistente em moderna «locomoção» por tração elétrica) em senso próprio colaboram materialmente e conscientemente para assegurar um bom andamento. Cada um desses faz o seu trabalho próprio, mas não



sem preocupar-se com seu companheiro, aliás, regulando a sua ação sobre aquela do outro, sobre o que precisa e que pode esperar dele. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, A COLABORAÇÃO NA VIDA FAMILIAR ENTRE CÔNJUGES, 1942).

É imprescindível considerar as mudanças que aparecem nos atos de fala da Igreja Católica por meio de Pio XII. Notoriamente, houve uma flexibilização do discurso quando a instituição começou a sugerir a cooperação mútua e o relacionamento recíproco, embora delimitando, ainda, que homem e mulher têm atribuições diferentes. Há um incentivo para que ambos ajudem-se e disponham dos trabalhos próprios, preocupando-se um com o outro.

Essa articulação com a cooperação passa pelo esforço pessoal em prol de um relacionamento funcional e harmonioso, mas também volta-se às atividades do cotidiano com bastante ênfase:

A colaboração humana quer estar com a mente, com a vontade e com o trabalho. Com a mente, porque na realidade apenas criaturas inteligentes podem trabalhar juntas, junte-se a sua ação livre. Aqueles que colaboram não apenas adicionam seus esforços por conta própria, mas os adaptam aos de outros, para secundá-los e fundi-los em um efeito comum. Assim, a colaboração será um subordinado à obra particular de cada organicamente, a um pensamento comum, para um objetivo comum, que tudo em si mesmo e ordenar comensurável hierarquicamente, e cujo desejo comum abordar todos os intelectos em um mesmo interesse, e vai apertar o animar em um afeto mútuo, movendo-os para aceitar a renúncia de sua independência para dobrá-los a cada necessidade que requer a realização desse objetivo. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, A COLABORAÇÃO NA VIDA FAMILIAR ENTRE CÔNJUGES, 1942).

Abordar as relações de gênero é deparar-se com construções culturais. Nelas, enfatizamos o caráter social, portanto, histórico das concepções sobre as diferenças e papéis sexuais, profundamente marcado pelo domínio masculino milenar, questão que ainda não dissolveu-se na sociedade contemporânea. Nota-se que, no fragmento citado acima, o Pontífice inverte a lógica da inflexibilidade nas relações conjugais, propondo que a cooperação passe a ser a única subjugada pelos dois, sem prevailecimento de um ou de outro, mas com a busca do bem comum.



Pontuando o afeto mútuo que os leva a dobrar-se pela consolidação da cooperação, entendemos que nesse aspecto a Igreja Católica sugere uma transição para as relações de gênero, permeadas ainda por uma interpretação patriarcal, devido à manutenção de um lugar previamente estabelecido para o homem, assim como para a mulher. A leitura da instituição sobre as relações de gênero demonstra a necessidade de reeducar os casais para que vivam melhor seus papéis sociais:

A partir daqui vocês entendem como trabalhar em conjunto, engajar a mente, a vontade e o trabalho, nem sempre é fácil de realizar perfeitamente. Junto com esta grande ideia de unidade e cooperação de forças, com esta convicção íntima do objetivo a ser atingido com este desejo ardente de chegar lá a qualquer custo, o trabalho também pressupõe o entendimento mútuo, sincera estima e senso da necessidade de contestar o que os outros fazem e devem fazer pelo mesmo fim. Uma ampla condescendência sensata em considerar e admitir a inevitável diversidade de funcionamento, não para eles a raiva, mas para tirar proveito dela. É necessário, portanto, abnegação para superar e ceder, em troca de fazer prevalecer sua opinião, e sempre reservar os trabalhos que mais gosta e aprecia. (PIO XII, AUDIÊNCIA GERAL, A COLABORAÇÃO NA VIDA FAMILIAR ENTRE CÔNJUGES, 1942).

Essa perspectiva, quanto às interações entre as “definições de masculino e feminino, e dos papéis designados para homens e mulheres” (Peter STEARNS, 2007, p. 15), sugere o enquadramento das relações de gênero. Mas o encontro entre a cultura e a dinâmica social, evidentemente, mobiliza-os para a flexibilização dessas, pois, em consonâncias com as reivindicações sociais e demais mudanças no cenário cultural, faz-se necessário que a instituição religiosa reorganize seu discurso para responder as questões postas em debate.

Algumas das preocupações que marcavam o período em estudo eram com a difusão das concepções comunistas, pois eram de repercussão em nível internacional de alcance e mobilização social com força de organização burocrática ampla, como a da Igreja, ressaltadas todas as diferenças. Essas concepções eram adeptas de outros modos de organização das relações de gênero, não tendo o casamento e o matrimônio como principal configuração.



Sabe-se que houve um crescimento no processo de emancipação feminina que era resultado de conquistas significativas para as mulheres, compreendido principalmente pelo movimento feminista, o qual alçou uma maior articulação ao longo do século XIX. Por essa razão, no século XX, o movimento feminista estava em tensão com os valores propostos pela Igreja Católica para a família, evidentemente, por conta de uma busca e uma prática constantes por parte das mulheres por independência (Carla Cristina GARCIA, 2011).

Essas repercussões geraram expressivas modificações para as relações sociais, provocando a inovação por parte de mulheres e homens frente à vida cotidiana. Podemos ressaltar a reorganização dos papéis sociais especificamente nas relações de gênero:

A grande conquista do projeto feminista de igualdade na diferença foi a possibilidade de mudança nas relações de gênero, na medida em que as mulheres (e os homens) puderam se libertar dos velhos estereótipos e construir novas formas de se relacionar, agir e se comportar. Essa possibilidade tem permitido aos homens se libertarem do peso do machismo e às mulheres se libertarem do imperativo do feminino, ambos podendo ser sensíveis, objetivos, fortes, inseguros, dependentes, independentes, com liberdade e autonomia, e não seguirem imperativos categóricos determinados pelo gênero. É assim que se concretiza a ideia de gênero como construção social. Nessa perspectiva, a reconstrução do feminino leva necessariamente à reconstrução do masculino. Essa relação nunca será uma relação sem conflito; ao contrário, será sempre um espaço de luta e tensão dialética, onde estão em jogo diferentes poderes e desejos. Por isso, é importante que homens e mulheres, nas suas experiências subjetivas, possam exercitar a lógica, a razão, a intuição e a sensibilidade para construir novos valores e novas formas de se relacionar na vida afetivo-sexual, no casamento, na família, no trabalho, enfim, em todas as relações sociais. (Maria de Fátima ARAÚJO, 2005, p. 48).

Por isso, ao investigar a educação de gênero que era promovida pela Igreja Católica, especialmente nas audiências de Pio XII entre 1939 e 1943, voltamo-nos à compreensão dos diferentes lugares, culturas e temporalidades aos quais esses discursos estenderiam-se, em escala mundial, visto



que a Igreja, como uma instituição que também compõe a organização social, movimenta-se no âmbito das relações internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX é marcado por um sério conflito entre duas concepções de aliança familiar: uma tradicional religiosa, monogâmica e heterossexual; e outra defendida pelo mundo secular que é o casamento civil. Essa concepção aponta o matrimônio como uma realidade imanente, não mais regida pela lei divina. Em muitos países ocidentais, o casamento passa a configurar-se como um mero contrato estabelecido entre um homem e uma mulher.

O pensamento católico do século XX reage a essa nova forma de contrair matrimônio. Os antecessores de Pio XII já faziam discursos oficiais para provocar resistência à expansão da civilização “naturalista” resultante do Iluminismo. Diante disso, defendem a família tradicional, organizada segundo os preceitos divinos.

Durante as Audiências Públicas, a Igreja Católica utilizou-se de recursos bastante dinâmicos para promover a concepção de relação de gênero, dirigindo-se diretamente ao público que ela julgava precisar, em sua percepção, intervir para educar ou reeducar dentro de seus valores e princípios doutrinários. Nesse sentido, em nossa análise, os jovens casais foram selecionados como público-alvo, pois a instituição buscava combater a efervescência de perspectivas modernas que opunham-se à sua doutrina.

Durante o período de 1939 a 1943, privilegiado neste estudo, Pio XII atuou como porta voz institucional, autorizado a interferir na dinâmica social por meio dos discursos públicos e pela produção de documentos pontifícios. Em grande medida mantendo a postura do seu antecessor, Pio XI, sendo combativo e reacionário frente aos sinais dos tempos modernos.

Os temas que envolviam as mulheres na Modernidade ocupavam lugar de prioridade no debate público enfrentado pela Igreja. Em nossas buscas, identificamos que foi um dos momentos da instituição que o universo feminino foi mais pautado pela instituição que fez movimentos sutis para redefinir o modo com que posicionavam-se e geriam as demandas das mulheres fiéis católicas. Embora durante o pontificado de Pio XII tenha intensificado-se o movimento de reflexão e diálogo sobre o lugar que as



mulheres católicas ocupavam no lar, na Igreja e na sociedade, vindo a adentrar com maior destaque na política, na educação e na atuação nas ciências em geral, ainda assim, as mudanças no discurso da Igreja foram sutis, com poucas concessões.

A partir do movimento feito pela Igreja Católica com o Concílio Vaticano II (VATICANO II, 1975), as mulheres passaram a ter o incentivo da instituição para adentrar a cena pública, aumentando o protagonismo em diferentes âmbitos da esfera pública (PAULO VI, *Octogesima Adveniens*, 1971). Inclusive, a reivindicação da paridade em prol da equidade de direitos das mulheres com os homens encontra legitimidade no posicionamento da instituição, (PAULO VI, *Gaudium et Spes*, 1997). Acontecem também redefinições na forma de atrelar a figura de Maria de Nazaré às mulheres contemporâneas. Antes predominava a interpretação do ícone de Maria com base na submissão, passividade e resignação. Após o Concílio Vaticano II (VATICANO II, 1975), a instituição correlaciona Maria de Nazaré aos atributos de coragem, força, poder, decisão e participação ativa na vida da comunidade, enfatizando, assim, uma leitura emancipatória das mulheres e práticas de promoção da justiça que as libertam da opressão (PAULO VI, *Marialis Cultus*, 1974).

Contudo, no Pontificado posterior ao de Pio XII, o de João XXIII como Pontífice que aconteceu no dia 25 de dezembro de 1961, por meio da Constituição Apostólica *Humanae Salutis* (JOÃO XXIII, 1961), houve a abertura do XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, um processo de reorganização institucional para responder as questões dos tempos modernos em curso desde outros papados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria de Fátima. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate.** *Psicologia Clínica*, v. 17, p. 41-52, 2005.
- BÍBLIA PASTORAL. Português. **Nova Bíblia Pastoral.** São Paulo: *Paulus*, 2014.
- BOCK, Gisela. História, história das mulheres, história do gênero. In: Penélope. **Fazer e desfazer história.** Dossier, n. 4, nov. 1989.
- CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. Maria: duas leituras a partir da teologia feminista. In: PERETTI, C. (Org.) PERETTI; STELLA, MARIA DE LOURDES K. B. **Maria Mulher Igreja.** Curitiba: Edifica, 2017, p. 87-104.



- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FIORINZA, Elisabeth Schüssler. **As origens cristãs a partir da mulher uma nova hermenêutica**. São Paulo: Paulinas, 1992.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.
- GIBELLINI, Rosino. A outra voz da teologia: esboços e perspectivas de teologia feminista. In: LUNENCHENU, M. T.; GIBELLINI, R. *Mulher e Teologia*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HORTAL, Jesus. À serviço da comunhão eclesial: a diplomacia da Santa Sé. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 33, n. 90, p. 251, 2001. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/796>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.
- POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, p. 71-97, jul./dez. 1995.
- STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.
- ZICA, Matheus da Cruz e. **Masculinidades possíveis: representações de gênero em disputa no século XIX brasileiro**. Ed. UFPB: João Pessoa, 2015.

AUDIÊNCIAS GERAIS DE 1939 A 1943

- PIO XII. **A primeira audiência aos cônjuges – 26 de abril de 1939**. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390426.html. Acesso em: 09 jun. 2023.
- _____. **O santificador do casamento – 03 de maio de 1939**. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390503.html. Acesso em: 09 jun. 2023.
- _____. **A rainha celeste – 10 de maio de 1939**. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390510.html. Acesso em: 09 jun. 2023.
- _____. **A alegria imutável – 17 de maio de 1939**. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390607.html. Acesso em: 09 jun. 2023.
- _____. **Fundadores de novas famílias – 24 de maio de 1939**. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiences/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390524.html. Acesso em: 09 jun. 2023.



_____. **Virtudes domésticas – 31 de maio de 1939.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390531.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **O alimento celeste – 07 de junho de 1939.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390607.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **Os ensinamentos da liturgia – 05 de julho de 1939.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390705.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **Garantia de santidade – 12 de julho de 1939.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1939/documents/hf_p-xii_aud_19390712.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **Harmonia das almas – 22 de novembro de 1939.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1939/documents/hf_p-xii_aud_19391122.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **No berço do Rei Divino – 03 de janeiro de 1940.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1940/documents/hf_p-xii_aud_19400103.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **A colaboração na vida familiar entre cônjuges – 18 de março de 1942.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420318.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **O homem na família II – 15 de abril de 1942.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420415.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **Os inimigos da união indissolúvel I – 17 de junho de 1942.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420617.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. **Os inimigos da união indissolúvel II – 08 de julho de 1942.** Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/audiencias/1942/documents/hf_p-xii_aud_19420708.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS COMPLEMENTARES

JOÃO XXIII, Papa. **Constituição Apostólica *Humanae Salutis*.** Convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II. Roma: 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html. Acesso em: 27 maio 2023.



PAULO VI, papa. **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes***. Documentos do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 1997. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 28 maio 2023.

PAULO VI, Papa. ***Marialis Cultus***. Editora Vaticana. 1974. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19740202_marialis-cultus.html. Acesso em: 28 maio 2023.

PAULO VI, Papa. ***Octogesima Adveniens***. Carta Apostólica por ocasião do 80º Aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*. Vaticano, 1971. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html. Acesso em: 28 maio 2023.

PIO XII, Papa. Às leitoras da revista *Alba* – 17/05/1942. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1942/documents/hf_p-xii_spe_19420517_lettrici-alba.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

PIO XII, Papa. ***Encíclica Sertum Laetitiae***: sobre 150º aniversário da constituição da hierarquia eclesial nos EUA – 01/11/1939. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_01111939_sertum-laetitiae.html. Acesso em: 09 jun. 2023.

VATICANO II. **Documentos do Concílio Vaticano II**. 9 ed., Petrópolis, Vozes, 1975. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 27 maio 2023.

Submetido em: 31-3-2023

Aceito em: 30-5-2023